

Cristiana Bastos
Renilda Barreto

Introdução

Este volume resulta de uma prolongada interlocução envolvendo cientistas sociais e historiadores interessados na produção e circulação do conhecimento médico em contextos luso-brasileiros, entendidos estes de uma forma ampliada e extensível a espaços africanos e asiáticos afectados por políticas coloniais portuguesas. Ao longo de alguns anos, pontuados por encontros formais e informais, fomos promovendo a convergência dos vários interesses de pesquisa e das múltiplas perspectivas disciplinares e teóricas em que nos filiamos: história, antropologia, sociologia, ciência política, história da medicina e das ciências da saúde.

Quem se interessa pelo estudo social e histórico da ciência, ou das ciências, ou da medicina em particular, ou ainda da produção e difusão do conhecimento científico, já se confrontou com uma lendária tensão entre, por um lado, os caminhos dos estudos sociais da ciência, focados nas condições sociais da sua produção, preocupados com as dinâmicas de autoridade e inovação e seu impacto nos conteúdos científicos, densos em formulações teóricas e referências, e ultimamente empenhados nas configurações de redes e actores sociais, e, por outro lado, a mais convencional história da ciência, feita de cronologias, sucessões, autores, achados, linearidades, influências, contextos, sustentando-se em extensos corpos documentais e por vezes dispensando por inteiro a teoria.

Bem pode essa tensão alimentar longos debates e cavar fossos entre departamentos e associações científicas, que ao presente volume não incomoda, nem obriga a fazer escolhas, exclusões, ou clarificação de alinhamentos. Em graus diversos, todos somos simultaneamente íntimos do arquivo e da teoria, do empírico e do analítico; todos resolvemos essa tensão convivendo pacificamente com ambos os lados, combinando a pesquisa documental e o trabalho de análise. O antagonismo parece-nos ultrapassado, remontando ao tempo em que os estudos sociais da ciência se apresentaram em cena como uma alternativa às cronologias de descobertas da história convencional da medicina, procurando substituir as antigas sequências de datas e nomes desencarnados pelo estudo social da produção do conhecimento, seus nexos, contextos, contingências, redes, estruturas,

culturas, poderes, tensões, conflitos, e ainda todas as possíveis variáveis sociais consagradas ou em experimentação – classe, género, raça, mas também lugar, círculos de influência, actores-rede, circulação.¹

Parece hoje impensável trabalhar em qualquer dessas vertentes excluindo a outra. Pelo contrário, podemos e devemos transitar entre ambas, combiná-las e conjugá-las, já que contextos e redes não anulam inventores e invenções ou, numa linguagem de síntese conceptual, os actores da inovação. Mais ainda, podemos explorar zonas intermédias e intersticiais que não teriam lugar em nenhum desses lados isoladamente. Vai ser sobretudo nessas zonas de interstício, de exploração de novos campos e formulações, que se fazem os capítulos deste volume.

Nalguns registos temos pequenas biografias que elucidam as trajectórias singulares de certos actores sociais, autores de conhecimento, criadores e influentes; noutros teremos referências a forças mais amplas e impessoais, como as dinâmicas coloniais, públicas e privadas, civis e militares, do estado às companhias mineiras, das fundações de caridade às agências sanitárias transnacionais, das associações científicas aos grupos de interesses.

Os enredos atravessam vários lugares, mesmo que a acção pareça decorrer apenas num território, colónia, hospital, complexo mineiro, laboratório local, herdade agrícola; estão neles contidos lugares eventualmente distantes onde se escreve, pensa, produz e publica. Mas será a relação entre estes lugares presentes e ausentes configurada em modo hierárquico, emanando dos centros metropolitanos os saberes que iluminam os satélites e periferias? Ou, numa outra nuance, estarão articulados como extensões de recolha que alimentam ciclos de acumulação e convergem para os centros de cálculo?

Seria sem dúvida atraente unificar os nossos contributos em torno destas questões e propor um modelo descritivo com ambição teórica, capaz de confirmar, refutar ou ultrapassar as referências e citações da moda nos estudos de ciência. Igualmente tentador é tomar a experiência histórica portuguesa e brasileira como um todo que se pode contrapor a outras experiências históricas coloniais com configurações diferentes e mais frequentemente referidas na literatura internacional.²

¹ Sem qualquer ambição de rever o campo nesta pequena nota, remetemos os leitores para algumas obras gerais: além do muito citado *Science in Action* de Bruno Latour (1987), temos os *Handbook of Science and Technology Studies* editados por Sheila Jasanoff *et al.* (1995) e por Edward Hackett *et al.* (2008), ou ainda números temáticos como o que Warwick Anderson (2002) para a revista *Social Studies of Science*. Para volumes em português, veja-se Nunes e Gonçalves (2001) e Nunes e Roque (2008).

² As primeiras obras dedicadas às questões de medicina e império (Arnold 1988; MacLeod e Lewis 1988; Arnold 1993) usavam em grande medida a experiência imperial britânica como padrão de referência e assim aconteceu com a maioria das obras que se lhe

Mas não é esse o nosso objectivo principal neste volume. Ficará para o leitor a tarefa de prolongar as propostas que aqui afloramos e alinhar-se, ou não, com as escolhas teóricas do momento, e de estabelecer, ou não, uma interpretação geral para a ciência nos universos lusófonos. O que nos une é menos a ambição de uma proposta teórica unificada que um modelo de análise subsumido nas nossas práticas de investigação, e uma necessidade de integrar, nas práticas de arquivo, interpretação e contextualização que se expandem para espaços mais amplos, fluxos e nexos que de alguma forma se resumem na noção de *circulação*.³

E, sem dúvida, une-nos também a paixão de percorrer o arquivo e deixar-nos levar por ele.⁴ É um arquivo que seguimos para lá do texto, para lá do formulado, mas não necessariamente na exacta contramão do documento, extraindo dele as vozes que lá se não podem encontrar: um arquivo que nos leva para extensas redes que transcendem as referências nacionais, que nos fazem viajar entre Brasil e Portugal, entre Moçambique e a Índia, entre Angola e todos estes, e também para o Japão, França, Alemanha.

O arquivo, portanto: todos nós trabalhamos com arquivos, de muitas e variadas modalidades, leques temporais, localizações, estados de conservação, acessibilidade, de organização e de caos. São arquivos coloniais, bem preservados ou quase destruídos; espólios pessoais de cientistas; arquivos administrativos e diplomáticos; colecções de instituições sanitárias, de universidades, de fundações privadas; acervos cognitivos mantidos na memória de alguns dos nossos entrevistados; colecções e observações colhidas em trabalho de campo.

seguiram. Excepção mais notável é o trabalho de Ann Laura Stoler (1995; 2002; 2009) baseado nos arquivos coloniais holandeses para Sumatra e Java. Os estudos de colonialismo comparado tornaram-se entretanto mais frequentes (e.g. Cooper e Stoler 1997; Bastos, Almeida e Feldman-Bianco 2002; Labanyi e Foreman 2005; Roque e Wagner 2011), alguns deles especificamente dedicados a questões médicas (Bhattacharya e Brimnes 2009; Digby, Ernst e Muhkarji 2010). Saliente-se todo um conjunto de obras que a partir de 2000 discutem a experiência colonial portuguesa numa perspectiva comparada e crítica (Santos 2002; Thomaz 2002; Feldman-Bianco 2001; Bastos, Almeida e Feldman-Bianco 2002; Carvalho e Pina-Cabral 2004; Bastos, Ferreira e Fernandes 2004). Mas os estudos do colonialismo que se recortam em função dos universos de expansão europeus correm o risco de, como apontava Anderson (1998) a propósito da medicina colonial, ficar presos às particularidades de cada experiência colonial e diminuir a ênfase no que há de colonial em todas essas experiências históricas. No caso da experiência luso-brasileira, o problema de essencializar as particularidades agrava-se pela necessidade de dialogar (mesmo quando para refutar) com o ideário lusotropicalista sobre a especificidade (e suposta benignidade) do colonialismo português e das culturas de referência lusófona, começando pelo Brasil.

³ Para um uso um pouco diferente mas enriquecedor do entrosamento de circulação, império e ciência, veja-se Raj (2007).

⁴ Exactamente como na proposta de Ann Stoler (2009), *along the archival grain*...

Nos arquivos não se escondem simples «dados» que trazemos a público fora do trabalho interpretativo a que lhes chegamos e pelo qual os conhecemos – emergindo de, e remetendo para, as discussões, inquietações e problemas teóricos em que estamos envolvidos. A relação é de mão dupla: em suma, os princípios gerais e as propostas interpretativas expostas ao longo dos artigos ancoram-se no trabalho de arquivo, nas práticas, narrativas e elucubrações que encontramos nas fontes documentais, nos depoimentos e outros testemunhos a que chegamos na história oral. Entre nós convergimos nessas práticas, dialogamos nas análises, mantemo-las independentes. Convidamos agora os leitores a atravessá-las, organizadas que estão em quatro blocos de capítulos que articulam, entre si, caminhos multidireccionais do conhecimento, dos seus produtores, teorias e lugares de produção.

O primeiro bloco de capítulos aborda directamente a circulação do conhecimento médico, analisando situações que ajudam a questionar algumas das mais enraizadas trivialidades sobre a produção e uso da ciência em português. Os textos analisam trajectórias profissionais e pessoais de médicos e cirurgiões, bem como a sua articulação em redes mais amplas que têm como base um mundo luso-brasileiro em mudança; são espaços de império em reconfiguração, novas nações, novas colónias em África, domínios de tutela ambígua na Ásia. Instalada no senso comum está a redução destes espaços à condição de periferias consumidoras de conhecimento, fazendo dos médicos, farmacêuticos e cirurgiões locais, falantes de português, meros clientes das teorias produzidas nos grandes centros de língua francesa, alemã, inglesa. O que os presentes artigos trazem à tona é bastante diferente, com autores e actores que criam e põem em circulação interpretações, formulações e princípios teóricos disponíveis para uso geral. Fazem-no em português; que canais, redes, interstícios se desenham nesse espaço cognitivamente recortado e politicamente flutuante? Cada um dos artigos contribuiu de modo particular para esclarecer esta questão.

Em «Corpos, climas, ares e lugares: autores e anónimos nas ciências da colonização», Cristiana Bastos aproxima-se do universo multiforme dos que, escrevendo em português os seus relatórios, notas, ofícios, recomendações e manuais, são simultaneamente autores e actores anónimos das redes de produção, uso, acumulação e circulação do conhecimento médico colonial. Dos seus postos de saúde colonial, escrevem e inscrevem ideias, teorias e práticas relativas à aclimação e maleabilidade dos corpos; promovem conjugadamente políticas sanitárias e políticas de colonização; descrevem e intervêm na materialidade das enfermarias, hospitais, farmácias, vacinas e cordões sanitários; e nesse lugar crítico, marginal e central,

consumidor e produtor, anónimo e autor, constituem-se enquanto actores centrais da medicina colonial portuguesa no século XIX, parte de redes mais amplas que os alimentam e as quais eles alimentam.

Renilda Barreto assinala o intercâmbio de saberes e práticas na obstetrícia do século XIX e mostra como os cirurgiões se instalaram no campo predominantemente feminino da «Ciência do parto». O estudo da trajectória profissional do cirurgião Joaquim da Rocha Mazarém – que viveu entre Portugal e Brasil – no contexto da ciência médica e do ensino, durante a primeira metade do século XIX, posiciona a medicina académica portuguesa e brasileira no patamar da Alemanha, da Inglaterra e da França, questionando o instalado estigma do atraso luso-brasileiro no campo da ciência dos partos.

Encerrando a secção com «O viajante estático», Luiz Otávio Ferreira apresenta a contribuição do médico francês José Francisco Xavier Sigaud na circulação das ideias higienistas no Brasil de oitocentos. Integrado no ambiente intelectual e institucional da corte do Rio de Janeiro, Sigaud foi um representante típico da tradição higienista e da intelectualidade ilustrada, iluminista, do início do século XIX, um viajante científico em constante deslocação na ampla rede por onde circulava o conhecimento médico em escala local e global, fazendo do seu lugar de acolhimento um ponto desse universo de inovação e permanente renovação do saber.

O segundo bloco de capítulos dialoga à distância com o célebre conceito de móveis imutáveis, optando pela mais modesta designação de «substâncias de cura» e restringindo-se às águas e aguardentes – não deixando de fora o vinho e a quina que, combinados, deram a famosa «Água de Inglaterra». Mas não se pense que estas são substâncias simples, estáveis, de propriedades imutáveis e segredos que os caminhos da ciência vão cumulativamente desbravando. Pelo contrário: são também o que delas fazem o uso, a circulação, o conhecimento localizado, o comércio, as transacções.

Começamos pela aguardente enquanto remédio no contexto da plantação escravocrata no Brasil colonial. Com «Os cuidados com a saúde dos escravos no Império Português: a aguardente para fins medicinais», Betânia Figueiredo e Evandro Castro trazem-nos muito mais que uma análise das propriedades e usos da aguardente, e levam-nos a uma das fontes que propaga e divulga esse remédio: o *Erário Mineral*, um dos primeiros tratados de medicina para o Brasil escrito em língua portuguesa, de autoria do cirurgião português Luís Gomes Ferreira. Autor e fonte circularam pelo império colonial português no século XVIII, recriando os saberes locais, gerando interpretações, veiculando princípios que ganharam dinâmicas próprias.

Uma outra bebida medicinal, a «Água de Inglaterra», é analisada por Patrick Figueiredo no capítulo seguinte. Trata-se de um «remédio de segredo», um vinho de quina amplamente comercializado em Portugal e colónias; nesse medicamento, substância, mercadoria, item comercial, objecto de desejo, disputa, concorrência e redenção se concentram muitos dos problemas que nos mobilizam analiticamente – a circulação global de novos produtos, como a quina, a manufatura de compostos, a sua comercialização, a apropriação do conhecimento, a discussão dos seus efeitos terapêuticos, a interacção entre materialidades, interpretações e estabilização dos conhecimentos.

A encerrar esta secção Maria Manuel Quintela traz-nos às águas termais, também elas objecto de dissensão e sujeito de constantes transformações no que tange à definição das suas propriedades, vocação terapêutica, modos de uso, regras de acesso e legitimação do seu lugar nas ciências médicas. Em «Armando Narciso: um ‘doutrinador’ da hidrologia médica e do termalismo português (1919-1948)», a autora analisa os escritos deste médico e convicto hidrologista para discutir, para a primeira metade do século XX, a institucionalização da especialidade de hidrologia médica e do termalismo como possibilidade terapêutica em Portugal, bem como o desenvolvimento de identidades regionais e nacionais em torno das termas durante o Estado Novo de Salazar.

A terceira série de artigos desloca o leitor para universos que claramente transcendem a esfera local e desvendam as redes, conexões e canais que sustentam a produção de conhecimento médico e as políticas de intervenção sanitária.

Com «Pesquisas em parasitologia médica e circulação do conhecimento no contexto da medicina colonial», Flávio Edler centra-se na especialização de helmintologia médica enquanto caso exemplar onde se adensam e concentram processos de negociação entre distintas comunidades epistémicas, onde factos e observações não são meros factos nem inocentes observações. Traçando o modo como os médicos brasileiros da segunda metade do século XIX contribuíram para a consolidação deste campo, o autor dá-nos uma panorâmica dos mecanismos de controle e validação das inovações científicas, da concretização de controvérsias, e dos modos de circulação do conhecimento médico.

Jaime Benchimol leva-nos a um extenso aprofundamento das relações Ásia-América com «Hideyo Noguchi e a Fundação Rockefeller na campanha internacional contra a febre amarela (1918-1928)». A trajectória peculiar do médico japonês Hideyo Noguchi e o seu envolvimento nas campanhas internacionais contra doenças infecciosas, em particular a

leptospirose e a febre amarela, ilustra muito mais que um percurso pessoal, mas toda uma teia que envolve os vários sectores de intervenção sanitária – governos, instituições transnacionais, fundações –, bem como as articulações entre práticas, políticas e saberes.

É ainda destacando os aspectos transnacionais da intervenção médica que Jorge Varanda, em «A asa protectora de outros», nos leva a Angola-colónia. Mas não a uma situação colonial genérica: trata-se da Diamang, a Companhia de Diamantes de Angola, um estado dentro do estado, com meios mais eficientes que o governo para exercer a sua missão e gerir a sua força de trabalho. É nessa medida que providencia os seus próprios serviços médicos com o respectivo equipamento, incluindo laboratórios, e mobiliza todo o capital científico disponível para fazer face a uma das endemias que mais afectavam a população indígena e subsequentemente a qualidade do trabalho e a rentabilidade da produção: a doença do sono, ou tripanosomíase. O que à primeira vista poderia parecer restrito ao local revela-se amplamente distendido e global.

A quarta e última parte deste livro desenvolve-se em torno de uma só patologia, a ubíqua malária (ou paludismo), e com ela atravessa várias experiências de acção profiláctica na África colonial e nos espaços rurais portugueses do século XX. Nestes estudos articulam-se ciência, política, intervenção, mas também economia, sociedade, etnografia, experiência vivida de todo o conjunto de condições que incluíam a malária, sezões, febres, pauis, arrozais, trabalho assalariado, migrações, mosquitos; humanos e não-humanos entrosam-se em complexos enredos sociais em que o conhecimento sobre a febre, os vectores, a transmissão, o tratamento e a prevenção articulam relações sociais específicas (nas quais se recortam os doentes, os vulneráveis, os médicos, os técnicos, os cientistas, os políticos, os filantropos) e em configurações históricas únicas, como a que redundava no processo de erradicação.

Em «Saúde pública, microbiologia e a experiência colonial» Philip J. Havik traz-nos a um dos lugares proverbialmente temidos pelos europeus pela insalubridade e mortíferas febres, a África ocidental, e traça, de modo comparativo, os processos desenvolvidos pelos diferentes governos europeus – britânico, francês e português – para domesticar esses temores generalizados a partir de um novo paradigma médico em que é possível deslocar o estigma do território para um plano de abordagem aos vectores da infecção. Este artigo proporciona-nos ainda uma olhar sobre o debate coevo nas colónias e a relevância, para a sua aplicação, da implantação no terreno dos profissionais de saúde – muitos dos quais não-europeus.

Com «Mosquitos envenenados: os arrozais e a malária em Portugal», Mónica Saavedra analisa as mesmas sequências de transição de paradigma no entendimento da malária, do miasma aos mosquitos. Mas aqui o centro da acção é a ruralidade portuguesa, combinada com laboratórios de pesquisa que em território nacional ou internacional definiam o campo da malária; com cientistas, sanitaristas e políticos que desenhavam as estratégias que culminaram nos programas de erradicação; com fundações externas que se sobrepunham aos governos na implementação dos programas. Com pesquisa etnográfica e história oral, a autora ajuda-nos a chegar à experiência daqueles que nas suas vidas precárias de trabalhadores rurais deslocados viveram as campanhas do arroz, as águas infestadas, os mosquitos, as sezões que integravam quotidianos de dificuldades extremas mas que, para os agentes sanitários, eram singularizadas como alvo de programas e intervenções.

Neta mesma linha, Vítor Faustino leva-nos à «doença do arroz» numa perspectiva histórica que culmina na narrativa e visualização da experiência dos ranchos de migrantes rurais no Vale do Sado. «Controlo populacional e erradicação da malária» dá-nos uma visão geral da orizicultura em Portugal desde os seus primórdios, das políticas e escolhas que envolveu, das suas demandas de trabalho sazonal, da materialidade das vidas daqueles que supriam a força do trabalho a cada campanha, e de todo o sistema que por um lado sustentava aquela economia e por outro mitigava o seu impacto mórbido na população.

Deixamos agora aos leitores a aventura de cruzar os textos, de os ler criticamente, comentar, criticar, refutar ou prolongar as suas perspectivas e sugestões.

Cristiana Bastos e Renilda Barreto
Lisboa e Rio de Janeiro, Julho de 2011.

Referências bibliográficas

- Anderson, Warwick, ed. 2002. Special Issue «Postcolonial Technoscience». *Social Studies of Science*, 32 (5/6).
- Anderson, Warwick. 1998. «Where is the postcolonial history of medicine?». *Bulletin of the History of Medicine*, 72 (3): 522-530.
- Arnold, David, ed. 1988. *Imperial Medicine and Indigenous Societies*. Oxford: Oxford University Press.
- Arnold, David. 1993. *Colonizing the Body*. Berkeley: University of California Press.

- Bastos, Cristiana, Luiz Otávio Ferreira, e Tânia Maria Fernandes, eds. 2004. Número especial «Saberes médicos e práticas terapêuticas nos espaços de colonização portuguesa». *História, Ciências Saúde – Manguinhos*, 11 (suplemento 1).
- Bastos, Cristiana, Miguel Vale de Almeida, e Bela Feldman-Bianco, eds. 2002. *Trânsitos Coloniais*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Bhattacharya, Sanjoy, e Neils Brimnes, eds. 2009. «Reassessing Smallpox Vaccination, 1789-1900». *Bulletin of the History of Medicine*, 83 (1).
- Carvalho, Clara, e João de Pina-Cabral, eds. 2004. *A Persistência da História: Passado e Contemporaneidade em África*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Cooper, Frederick, e Ann Laura Stoler, eds. 1997. *Tensions of Empire: Colonial Cultures in a Bourgeois World*. Berkeley, CA: University of California Press.
- Digby, Ann, Waltraud Ernst, e Projit Muhkarji, eds. 2010. *Crossing Colonial Historiographies: Histories of Colonial and Indigenous Medicines in Transnational Perspective*. Newcastle: Cambridge Scholars.
- Feldman-Bianco, Bela, ed. 2001. «Colonialism as a continuing project: the Portuguese experience». *Identities: Global Studies in Culture and Power*, 8 (4).
- Hackett, Edward J., Olga Amsterdamska, Michael Lynch, e Judy Wajcman, eds. 2008. *The Handbook of Science and Technology Studies*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Jasanoff, Sheila, Gerald E. Markle, James C. Peterson, e Trevor Pinch, eds. 1995. *The Handbook of Science and Technology Studies*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Labanyi, Jo, e Ross Foreman, eds. 2005. «Competing Colonialisms: the Portuguese, Spanish and French Presence in Asia». *Journal of Romance Studies*, 5 (1).
- Latour, Bruno. 1987. *Science in Action: How to Follow Scientists and Engineers Through Society*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- MacLeod, Roy, e Milton Lewis, eds. 1988. *Disease, Medicine, and Empire: Perspectives on Western Medicine and the Experience of European Expansion*. Londres: Routledge.
- Nunes, João Arriscado, e Maria Eduarda Gonçalves, eds. 2001. *Enteados de Galileu? A Semiperiferia no Sistema Mundial da Ciência*. Porto: Afrontamento.
- Nunes, João Arriscado, e Ricardo Roque, eds. 2008. *Objectos Impuros: os Estudos Sociais da Ciência em Portugal*. Porto: Afrontamento.
- Raj, Kapil. 2007. *Relocating Modern Science: Circulation and the Construction of Knowledge in South Asia and Europe, 1650-1900*. Nova Iorque, NY: Palgrave Macmillan.
- Roque, Ricardo, e Kim Wagner, eds. 2011. *Engaging Colonial Knowledge*. Londres: Palgrave MacMillan.
- Santos, Boaventura Sousa. 2002. «Colonialism, postcolonialism, and inter-identity». *Luso-Brazilian Review*, 39 (2): 9-43.
- Stoler, Ann Laura. 1995. *Race and the Education of Desire*. Durham: Duke University Press.
- Stoler, Ann Laura. 2002. *Carnal Knowledge and Imperial Power*. Berkeley, CA: University of California Press.
- Stoler, Ann Laura. 2009. *Along the Archival Grain*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Thomaz, Omar R. 2002. *Ecos do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

Nota sobre a ortografia:

Os textos dos capítulos mantêm a ortografia escolhida pelos autores, reportando-se às variantes do português em vigor no Brasil ou em Portugal anteriores ao acordo ortográfico. O texto da introdução segue a norma vigente em Portugal.